



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (DEDC), CAMPUS XIII
COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

UDSON ANDRADE BARBOSA

PROFISSÃO CONTÁBIL NO BRASIL: análise da sua evolução.

ITABERABA (BA)

2017

UDSON ANDRADE BARBOSA

PROFISSÃO CONTÁBIL NO BRASIL: análise da sua evolução.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade artigo técnico-científico, apresentado ao Departamento de Educação (DEDC), *Campus XIII*, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), enquanto requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Doutor Luiz Carlos dos Santos

ITABERABA (BA)

2017

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 3 |
| 2 | BREVE RELATO DA HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO MUNDO | 6 |
| 3 | EVOLUÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL NO BRASIL | 9 |
| 3.1 | Brasil Colônia: da chegada dos portugueses à presença da Família Real | 9 |
| 3.2 | Império (1822-1888): os impulsos gerados pela independência política | 10 |
| 3.3 | República | 12 |
| 4 | INSTRUMENTOS LEGAIS: IMPACTOS NA FORMAÇÃO REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL | 18 |
| 5 | CONCLUSÃO | 20 |
| | REFERÊNCIAS | 22 |

PROFISSÃO CONTÁBIL NO BRASIL: análise da sua evolução

Udson Andrade Barbosa¹

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os fatos históricos que contribuíram para a evolução da profissão contábil no Brasil. A metodologia utilizada lastreou-se no método histórico enquanto que a tipologia em relação aos objetivos da investigação foi de cunho exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa e caráter teórico, apresentando fatos desde o Período Colonial aos dias atuais, a partir de uma análise de suas contribuições à evolução profissional na área contábil. Foram, também, abordados aspectos educacionais e dispositivos legais que se configuram como registros históricos de impacto no molde profissional tal como se apresenta na atualidade. Os dados obtidos permitiram a compreensão da profissão contábil como um agregado de fatos históricos, influenciada por aspectos sociais e econômicos. Portanto, concluiu-se que, a evolução dessa classe profissional se deu de maneira análoga ao desenvolvimento da sociedade com ápices decorrentes do desenvolvimento comercial e industrial, que alteraram a estrutura do país frente ao sistema capitalista globalizado.

Palavras chave: Profissão contábil. História. Evolução. Brasil.

ABSTRACT

This research aims to analyze the historical facts that contributed to the evolution of the accounting profession in Brazil. The methodology used was based on the historical method whereas the typology in relation to the objectives of the investigation was an exploratory-descriptive one, with a qualitative approach and theoretical character, presenting facts from the Colonial Period to the present days, based on an analysis of its contributions to professional development in the accounting area. Also discussed were educational aspects and legal devices that are configured as historical records of impact on the professional model as presented today. The data obtained allowed the understanding of the accounting profession as an aggregate of historical facts, influenced by social and economic aspects. Therefore, it was concluded that the evolution of this professional class occurred in a manner analogous to the development of society with apexes arising from commercial and industrial development that altered the structure of the country front the globalized capitalist system.

Keywords: Accounting profession. History. Evolution. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, uma ciência social aplicada, é um marco evolutivo da humanidade. Muitos foram os eventos que implicaram em sua evolução e, nos dias atuais, as relações

¹ Graduando em Ciências Contábeis pelo Departamento de Educação (DEDC), *Campus XIII*, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduado em Pedagogia, também pelo DEDC, *Campus XIII* da UNEB. E-mail – uab_2006@hotmail.com.

econômico-financeiras são dependentes dos métodos utilizados por essa ciência.

A história da humanidade revela fatos que possibilitam o conhecimento do homem e traz luz a questionamentos da ciência. De maneira análoga, a compreensão do desenvolvimento da profissão contábil implica analisar suas origens para compreensão da sua evolução aos padrões da sociedade atual. A profissão contábil, tal como se apresenta hoje no mundo e, especificamente no Brasil, tem sua origem interligada a aspectos da história do homem, ao desenvolvimento social, e à condição de ser possuidor de patrimônio. Desse modo, tem-se a importância de conhecer a profissão contábil no Brasil, a partir da análise da sua evolução histórica.

Por todo o mundo, as sociedades se desenvolveram, aperfeiçoando técnicas de contabilização patrimonial, e contribuíram para o atual nível do profissional contábil. Avanços particulares de cada nação foram agregados aos procedimentos cotidianos dos contabilistas, expandindo suas áreas de atuação. No caso do Brasil, como em diversos países, muitos acontecimentos desencadearam o desenvolvimento da contabilidade, de modo que esta pesquisa se propôs a investigar a temática “Profissão Contábil no Brasil: análise de sua evolução”. Partindo desta premissa, direcionou-se à elucidação da questão: **No decorrer da história do Brasil, quais os principais fatos que permitiram o desenvolvimento e evolução da profissão contábil?**

Este estudo teve por objetivo geral analisar os fatos históricos que contribuíram para a evolução da profissão contábil no Brasil, no decorrer da história.

Para o alcance do objetivo central foram fixados os seguintes objetivos específicos: conhecer fatos da história da humanidade que corroboraram para o surgimento das Ciências Contábeis e, conseqüentemente, do profissional Contabilista; identificar como se deu a atuação da contabilidade em tempos remotos no Brasil; levantar aspectos históricos do ensino de Contabilidade; conhecer instrumentos legais de regulamentação da profissão.

Concernente à justificativa, na dimensão científica, esta pesquisa compreende importante instrumento de contribuição para o conhecimento. Pesquisar sobre o desenvolvimento da profissão contábil no contexto histórico brasileiro tem significativo valor, visto que é imprescindível aos estudantes e pesquisadores, conhecerem os fatos que levaram à evolução da profissão aos níveis da atualidade.

A temática em questão é pouco difundida, pois na academia raramente se discute sobre aspectos históricos da profissão contábil. Este estudo poderá contribuir ao campo das Ciências Contábeis como um novo exemplar de análise da evolução profissional no ramo, sendo objeto de reflexão da comunidade científica.

A justificativa, na dimensão social, lastreou-se na peripécia de que a Contabilidade, como ciência social aplicada, está presente no cotidiano das pessoas e extrapola fronteiras, devido ao fenômeno da globalização. Este estudo possui importância social, quando analisa fatos ocorridos no decorrer do tempo, em que a Contabilidade se estruturou acompanhando o ritmo de desenvolvimento do país.

Realizar levantamento dos aspectos históricos da profissão contábil é de grande valia aos interessados neste ramo do conhecimento, sejam profissionais atuantes, de carreira técnica ou graduados, estudantes de Ciências Contábeis e áreas afins, bem como a sociedade no geral, visto que atuação da contabilidade abrange entidades físicas e jurídicas, ademais, a temática atendeu aos princípios da relevância, oportunidade e exequibilidade, requeridos nessa acepção.

A produção desta investigação compreende avanço reflexivo sobre a temática. A sociedade almeja desvendar fatos históricos nas variadas áreas, em contabilidade não deve ser diferente. Cada profissão possui suas inferências adquiridas no decorrer do tempo, que implicam em avanços e em novas formas de atuar na área.

Na perspectiva pessoal, como estudante de Graduação em Ciências Contábeis, desvendar as nuances do contexto histórico, atrelados ao desenvolvimento profissional contábil, compreende um trabalho de grande valia à formação na área.

A motivação para o direcionamento da pesquisa à temática é fruto do pouco que esta foi debatida nas aulas durante o curso, e o fato do tema ser, subjetivamente, instigante e despertar o anseio em realizar levantamento histórico com exposição de marcos relevantes. Conhecer o passado para compreender a evolução da profissão contábil no Brasil, implica em agregar valores que complementam o aprendizado adquirido no curso de graduação.

O método utilizado nesta pesquisa foi o histórico, pois o foco engloba tal perspectiva com a finalidade no crivo da evolução da profissão contábil. Tal método é específico das Ciências Sociais, como a Contabilidade e, de acordo com Fachin (2002, p. 38) “Consiste em investigar fatos e acontecimentos ocorridos no passado para verificar possíveis projeções de sua influência na sociedade contemporânea [...] dentro de uma perspectiva que possibilitará o conhecimento de suas causas e de seus efeitos”.

Com o objetivo de buscar maiores informações sobre os fatos históricos e descrevê-los, a tipologia usada foi exploratório-descritiva. Raupp e Beuren (2014, p.80) apontam que “por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”. Com relação ao caráter descritivo, este é utilizado em pesquisa nas Ciências Contábeis,

destacando-se que “fica evidente a importância da pesquisa descritiva em Contabilidade para esclarecer determinadas características e/ou aspectos inerentes a ela.” (Idem, 2014, p. 80-81).

A natureza da abordagem da pesquisa foi qualitativa, pois, de acordo com Prodanov e Freitas, “nas análises qualitativas, o pesquisador faz uma abstração, além dos dados obtidos, buscando possíveis explicações (implícitas nos discursos ou documentos), para estabelecer configurações e fluxos de causa e efeito.” (2013, p. 114). Constitui-se num trabalho com objetivo descritivo-reflexivo que perscruta fatos históricos.

No que concerne à exposição do objeto, o estudo teve característica teórica lastreada na análise bibliográfica, documental e eletrônica. As fontes bibliográficas utilizadas foram livros, dissertação de mestrado, dentro outros, visto que a pesquisa “fundamenta-se na consulta do acervo bibliográfico, que é um manancial inesgotável de sabedoria humana.” (FACHIN, 2002, p. 127). O uso de fontes documentais, como Leis e Resoluções do CFC, fundamentou-se no fato de que “a busca de informações (dados) sobre os fenômenos investigados é realizado nos documentos, que exigem, para a produção de conhecimentos, uma análise.” (TOZONI-REIS, 2009 p. 30). Também foi preciso recorrer a fontes eletrônicas, por intermédio de revistas, livros e artigos obtidos em *site* e *e-books* visto que “Os recursos eletrônicos muito enriquecem a bibliografia ampliando o horizonte das buscas.” (BOAVENTURA, 2014, p. 89).

Este trabalho compreende cinco seções, que se iniciam nesta introdução, onde é exposta visão geral da temática, seguida de sua problemática, objetivos, justificativa, traçado metodológico e síntese capitular. A segunda seção traz, de modo sucinto, um breve relato da história da Contabilidade no mundo. A terceira seção expõe aspectos da evolução da profissão contábil no Brasil, enfocando fatos dos períodos: Colonial, Império e República. A quarta seção aborda a lei de regência da profissão contábil e sua respectiva alteração. A conclusão é a última seção deste estudo, onde foi realizada uma análise dos fatos expostos, à luz dos objetivos traçados e da problemática, bem como a colocação e crítica do autor.

2 BREVE RELATO DA HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO MUNDO

Com o intuito de situar a importância da profissão contábil no tempo e no espaço, faz-se necessário um breve relato geral de sua evolução no mundo para, a partir de uma análise sucinta, singularizar o caso brasileiro, com o objetivo de comprovar o caráter imprescindível da Contabilidade.

A História da Contabilidade está interligada à história da humanidade. Registros em cavernas eram feitos pelo homem primitivo, na pré-história, evidenciando o trabalho de registrar o patrimônio, que compreendia a quantidade de instrumentos de caça e pesca e dos animais. Tais aspectos compreendem a “conta primitiva”, como destaca Sá (2010, p. 22):

O desenho do animal ou da coisa representava a natureza da utilidade que o homem primitivo havia conquistado e guardara; os riscos que quase sempre se seguiam ao desenho da coisa ou objeto denunciavam a quantidade existente.

[...] Tal conjunto (qualidade e quantidade) formou a “conta primitiva”, ou seja, uma evidência com a identificação da utilidade (desenho) e a quantificação (riscos).

A transição dos hábitos humanos, da mudança da condição de nômade para sedentário, implicou na posse de terra (propriedade). Surge então a herança, onde os bens são passados aos descendentes, e as pessoas passam a ter necessidade de cuidar do patrimônio.

Na Idade Antiga, os Egípcios, os Gregos e Romanos já realizavam registros contábeis, período onde já teria sido inventada a escrita, e “segundo estudiosos da questão, foi a escrita contábil que deu origem à escrita comum e não o inverso.” (Ibidem, p. 23). Tais povos contribuíram de forma significativa para a evolução dos registros contábeis. Silva e Martins (2011, p. 24) apontam que:

Os registros contábeis dos egípcios eram bem prolixos e complexos, mais voltados para os inventários e controles dos bens, tanto móveis como imóveis.

Toda Contabilidade egípcia era registrada nos papiros e estava voltada principalmente para o apoio da administração pública.

Nesta mesma perspectiva “os gregos, 2 mil anos a.C., escrituravam contas de custos e receitas e aperfeiçoaram o modelo egípcio, utilizando a escrituração contábil em atividades como administração pública, privada e bancária.” (CRCRJ, 2017, p. 10). Também há registros da escrita contábil pelos romanos sendo destacada sua importância, “pois no apogeu dessa civilização já eram utilizados uma série de livros contabilísticos, constituindo estes um sistema ordenado.” (GOMES, 2012, p. 28).

Tempos adiante, com o surgimento do comércio, na Idade Média, a princípio com o escambo, e logo mais com a compra e venda por meio da moeda, destaca-se a necessidade de registrar, além dos bens (como mercadorias), as dívidas adquiridas e os direitos junto aos clientes.

Há mais de 6.000 anos o comércio já era intenso, o controle religioso sobre o Estado já era grande e poderoso, daí derivando grande quantidade de fatos a registrar, ensejando, também, o desenvolvimento da escrita contábil.

Os registros eram feitos em pequenas peças de argila, todas relativas a cada fato (de início), depois resumidas em uma maior (que era o do movimento diário ou de maior período) e também se juntavam por natureza de acontecimentos (pagamentos de mão-de-obra, pagamentos de impostos, colheitas etc.).

[...] O “meu” e o “seu” deram, na época, origem a registros especiais de “débito” (o que alguém tem que me pagar) e “crédito” (o que eu devo pagar a alguém). (SÁ, 2010, p. 23).

Entre o século XIII e XIV, a Itália torna-se a precursora, dando início aos estudos da contabilidade como ciência, surge então a escola italiana. Desse período extraem-se grandes publicações como a de Luca de Pacioli, a obra *Tractatus de computis et scripturis*, onde é descrito o método das partidas dobradas. A escola italiana se ateve a um caráter predominantemente teórico, não direcionando muito seus trabalhos para a pesquisa. Na concepção de Iudícibus (2010, p.17):

A escola italiana, vinculada a um excessivo culto de personalidade, não amparada, usualmente, por uma pesquisa indutiva de vulto e baseada em concepções generalizantes de algumas mentes privilegiadas, produziu trabalhos repetitivos excessivamente teóricos, e não se nota muita aderência dos autores aos princípios da pesquisa, mas apenas uma livre difusão de ideias.

Na Contemporaneidade, com o advento do Capitalismo, surge a necessidade de pesquisas que ofereçam bases que interliguem a Contabilidade às demandas macroeconômicas, de controle da inflação e de informações para os diferentes usuários. Com o título de grande potência mundial, os Estados Unidos, conseqüentemente a Escola Americana, se destacam, direcionando pesquisas para fins da sociedade atual, globalizada, contando com a participação de profissionais de Contabilidade, universidades e outras entidades. Sérgio de Iudícibus afirma que “A interação entre acadêmicos e profissionais de Contabilidade é intensa, reconhecendo cada grupo a contribuição e os méritos do outro” (2010, p.19).

A partir desse breve relato histórico é nítida a importância do surgimento das Ciências Contábeis para a sociedade, bem como o Profissional capacitado na área que compreenda as relações do homem com o patrimônio, dedique-se à pesquisa, às práticas que atendam exigências Estatais bem como os anseios de investidores e demais agentes que requeiram informações para satisfação de interesses financeiros.

3 EVOLUÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL NO BRASIL

3.1 Brasil Colônia: da chegada dos portugueses à presença da Família Real

O primeiro registro histórico da presença de um profissional com domínio de atribuições referentes à contabilidade no território brasileiro advém a partir da chegada dos portugueses. A exploração de recursos naturais como pau-brasil, cana-de-açúcar, e minerais, como o ouro impulsionaram os colonizadores a intensificarem o controle sobre os navios, registrando as mercadorias que eram exportadas. O contexto histórico de disputas territoriais e a crescente expansão europeia implicavam o risco de prejuízos devido às iminências de ataques invasores. Nesse contexto, tem-se o registro do primeiro profissional em Contabilidade no País, proveniente de Portugal: “Em 1549, são criados os armazéns alfandegários e o registro do primeiro contador geral das Terras do Brasil, Gaspar Lamego, sendo nomeado, por alvará de 23.01.1549.” (SILVA e MARTINS, 2011, p. 106).

Na efervescência do “descobrimento” e colonização do Brasil, é perceptível a necessidade de controle Patrimonial, pois a necessidade de proteger a propriedade, como as capitânicas e o comércio de escravos é fundamental para o colono. Esse período é marcado pela exploração de recursos naturais e, no decorrer dos tempos, o país começa a ser povoado para atender aos interesses da metrópole, surgindo a figura do donatário que recebe a incumbência de gerir a propriedade recebida.

É fato que institucional e formalmente não existia a presença de contabilistas no Brasil nem tampouco o ensino desta, visto que a educação na colônia se inicia com a ação dos jesuítas, que aqui permaneceram até 1759. Só em 1549 inicia-se na colônia a presença da atividade educacional, quando chega ao Brasil a Companhia de Jesus, trazida pelo primeiro governador geral, Tomé de Souza, e tinha a princípio o objetivo de catequese e aculturação dos nativos e assistência religiosa aos colonos.

A colônia esteve por séculos sem o aperfeiçoamento de suas ações educacionais pois esta estava sujeitada ao Pacto Colonial. A coroa detinha o domínio sobre os recursos naturais da colônia que servia para atender aos seus interesses econômicos.

O Brasil inicia um processo de desenvolvimento com a chegada de D. João VI com a corte, em 1808, que se instalou no Rio de Janeiro, nova capital do reino português, e realizou uma série de mudanças na estrutura social local. Fatos importantes contribuíram para essa mudança como a expansão da lavoura, que indicava o crescimento da atividade agrícola,

também passaram a surgir algumas indústrias e nas relações exteriores ocorreu a abertura dos portos para as nações amigas.

Para atender às necessidades do novo cenário sociocultural do Brasil, advindos da presença da corte, foram criados alguns cursos superiores laicos. Inicialmente foram denominados de cátedras, com aulas ministradas em locais improvisados e anos depois surgem as escolas, academias e faculdades, com local próprio.

Dentre essas cátedras estava a de “economia política”, criada pelo visconde de Cairu, no Rio de Janeiro. Esse curso contribuiu para o desenvolvimento da educação voltada para as relações financeiras, já que, como aponta Leite (2005, p. 36) “a criação dessa cadeira foi o embrião do ensino superior voltado para a área comercial, instaurado em 1810 com a ‘Aula de Comércio da corte’. Um século depois, tal curso se desmembrou, entre outros, no atual curso de ciências contábeis”.

A presença da Família Real portuguesa no Brasil em 1808 impulsionou a criação de órgãos importantes para a economia, como o Banco do Brasil e o Erário Régio, e em 1809, o tribunal de contas. Nesse contexto, surgiram as aulas de comércio do Rio de Janeiro, onde eram diplomados os guarda-livros, profissionais indispensáveis ao Sistema financeiro da época porque “Como só guarda-livros diplomados poderiam compor a instituição, este é o primeiro marco para a regulamentação de cursos de preparação contábil no Brasil.” (CRCRJ, 2017, p. 12).

3.2 Império (1822-1888): os impulsos gerados pela independência política

Após cerca de 12 anos de permanência no Brasil, D. João VI retorna para Portugal em 1820, permanecendo seu filho D. Pedro I à frente de um território mais desenvolvido. Em face do novo patamar da sociedade e das pressões provocadas pela elite agrária brasileira, é proclamada a independência em 1822, por D. Pedro, fato que contribuiu para os primeiros impulsos do desenvolvimento da educação contábil no Brasil.

A princípio, o Brasil continuava com predominância agrária, exportando produtos agrícolas como café, cana-de-açúcar e madeira para a Europa, e utilizava mão-de-obra escrava. Com o decorrer dos anos, já sob o governo do Imperador D. Pedro II, é assinada pela princesa Isabel, em 1888, a Lei Áurea, que influenciou no cenário econômico. Com a extinção da escravidão e a necessidade de trabalhadores qualificados para o trabalho industrial, os imigrantes italianos adentram no país.

A independência acarretou na adoção de medidas governamentais para organizar a economia. A proliferação de empresas nos tempos do Império foi o principal motivo para a instituição de tais medidas. Com o advento da criação do Código Comercial Brasileiro (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850), o imperador D. Pedro II torna obrigatória a escrituração e a demonstração anual por meio de balanços. Desta forma, os guarda-livros, profissionais qualificados para tais atividades na época, também dispunham da função de auxiliar os comerciantes, elaborando relatórios contábeis. Esse fragmento histórico compreende um grande avanço à profissão contábil:

O guarda-livros brasileiro, então considerado como agente auxiliar do comércio e sujeito às leis comerciais com relação às operações que nessa qualidade lhe respeitavam, por preceito inserido no art. 35, item 3, do vetusto Código Comercial Brasileiro, instituído pela Lei 556, de 25.06.1850 e sancionada pelo Imperador Dom Pedro II, era, por força do art. 74 do citado Código, preposto de casa de comércio e que, antes de entrar no exercício, devia receber de seu patrão ou preponente, uma nomeação por escrito e se fazia inscrever no Tribunal do Comércio. Percebem-se o valor e a responsabilidade que o profissional de Contabilidade tinha naquela época do surgimento do Código Comercial Brasileiro, em vigor até a presente data. (SILVA e MARTINS, 2011, p. 113).

A educação durante esse trecho da história não galgou grandes avanços para a prática contábil. De modo geral, a primeira constituição, promulgada em 1824, estabeleceu, dentre outras, a criação de escolas de primeiras letras (Art. 1º) e a instrução primária gratuita para todos os cidadãos (Art. 11).

O ensino secundário compreendia duas modalidades, o literário e o profissionalizante. O secundário literário era elitizado, pois era requisito para o ingresso no nível superior, fator que despertava o interesse da classe dominante por conferir status. O ensino profissionalizante era destinado a cursos técnicos da área agrícola, industrial e comercial e era rejeitado pela elite pela concepção preconceituosa de que os trabalhos manuais eram destinados a pessoas menos esclarecidas. Este fato compreendeu um entrave para o desenvolvimento do ensino nessas áreas pelas concepções da sociedade do período ao passo que “[...] tanto entre a classe dominante, que considerava vis as profissões manuais e práticas, quanto entre os menos favorecidos, que preferiam viver na subsistência a trabalhar para alguém e se sentirem como escravos [...]” (LEITE, p. 53 2005), disseminavam a rejeição a esta modalidade de cursos.

A educação mais semelhante à área contábil compreendia a Aula de Comércio que, com o advento do Decreto nº 1.763, de 14 de maio de 1856 conforme o “Art. 1º: A Aula do Commercio desta Côrte formará hum Curso de estudos, com a denominação de - Instituto Commercial do Rio de Janeiro”. Era um curso secundarista, com o propósito de capacitar

profissionais para auxiliarem nas demandas burocráticas das empresas com as matérias discriminadas:

Art. 3º O Curso de estudos durará dous annos, distribuindo-se as materias do ensino pelas seguintes Cadeiras:

1º anno

1ª Cadeira. Contabilidade e Escripuração Mercantil.

2ª Cadeira. Geographia e Estatistica Commercial.

2º anno

1ª Cadeira. Direito Mercantil.

2ª Cadeira. Economia politica com applicação especial ao commercio e á industria.

Apesar de esforços no sentido de converter o curso de Aula de Comércio em nível superior, as ações não foram bem sucedidas. O curso foi reestruturado, passando de 2 para 4 anos, em 1863, com intuito de adequar-se aos moldes dos demais de nível superior da época, no entanto, havia pouca demanda, pois áreas como medicina e direito eram mais cobiçadas, sendo extinto em 1879.

3.3 República

No início da República em 1889, o cenário político e social brasileiro seguiu regido pelos anseios da elite. Surgem as figuras dos coronéis, que detinham o poder regional e dominavam a política. A economia, pautada no potencial agrícola, aspirava engrenar na industrialização, sendo influenciada pelos imigrantes oriundos de países da Europa, pioneiros do sistema industrial, a exemplo da Itália. A educação manteve aspectos dualistas, contrastando interesses entre as classes sociais, o ensino primário, precário, destinado à classe menos favorecida e o secundário e superior, dominado pela elite, que almejava status social.

Referente ao desenvolvimento da profissão contábil, na Primeira República nota-se a existência dos cursos de ensino comercial, de caráter técnico-profissionalizante, de nível secundário, que diplomava seus concluintes como contadores. Anos mais tarde surgem outros cursos de aulas de Comércio, com destaque para a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, criada em 1902, que ministrava o curso geral, secundário, e o curso superior, ambos com conteúdos contábeis na grade curricular. Apesar de conter cadeiras de estudos contábeis, o curso conferia aos concluintes o diploma de graduado em Ciências Econômicas.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, iniciada a Segunda República (1930), o Brasil vivenciou avanços na área educacional devido a Reforma de Francisco Campos, à frente do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Referente à Contabilidade, essa reforma reorganiza o ensino comercial por meio do Decreto nº 20.158, de 30 de julho de 1931, que dava o direito ao estudante, após três anos, escolher cursos técnicos dentre os quais o curso para guarda-livros e o curso para perito-contador.

Na formação em guarda-livros havia conteúdos de Contabilidade, entretanto não permitia o avanço ao nível superior, enquanto que o curso de perito-contador possibilitava o acesso unicamente ao curso superior de Administração e Finanças. Leite (2005, p. 92), aponta que esse decreto, “organizou o ensino comercial, regulamentou a profissão de contador – mediante o registro obrigatório dos guarda-livros e dos contadores na Superintendência do Ensino Comercial – e deu outras providências”. Ressalta-se que essa regulamentação, até o momento, era devida aos concluintes dos cursos técnicos, dada a inexistência do curso superior em Contabilidade.

Durante o Estado Novo (1937-1945), período em que Getúlio assume o poder após um golpe, aconteceram fatos importantes à profissão Contábil. Em 1940, surge a Lei das Sociedades por Ações (Decreto-lei nº 2.627), que disciplinava procedimentos contábeis, servindo de guia no subsídio às normas das atividades no ramo. Houve também a Reforma Capanema, do ministro Gustavo Capanema, que alterou os moldes do ensino comercial, pelo Decreto-lei nº 6.141/43, que dividiu essa modalidade em dois ciclos, sendo o primeiro logo após o ensino primário, e o segundo um curso técnico dentre cinco opções: Comércio e Propaganda, Administração, Contabilidade, Estatística e Secretário.

Após conclusão num dos cursos técnicos do ensino comercial, a única opção para seguir os estudos no ensino superior era o curso de Administração e Finanças, situação que perdurou até 1945 onde, a partir do Decreto nº 7.988, este foi extinto e dividido em dois cursos superiores: Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais.

O Brasil passou por um novo período na sua história conhecido como Populista (1945-1964), após a deposição de Getúlio em 1945. Esse espaço de tempo é marcado por presidentes com Eurico Gaspar Dutra, o retorno de Getúlio (1951) sucedido por seu vice Café Filho, Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart, que presenciaram um país evoluindo industrialmente e um sistema educacional insípido no que tange às necessidades da época.

Inicia-se a incorporação de multinacionais no sistema industrial do país, sendo instaladas empresas americanas que influenciaram a contabilidade local. Essas empresas

trouxeram inovações como setores de auditoria, corroborando para a adoção de características da escola norte-americana de contabilidade, que sobressaía em relação à influência da escola italiana, de caráter mais tecnicista. Tal situação influenciou os procedimentos contábeis a serem adotados no Brasil, pois tais empresas faziam uso de procedimentos inovadores de auditoria.

Cabe ressaltar que o período republicano também é marcado por Congressos Brasileiros de Contabilidade que contribuíram para o processo de regulamentação profissional. Antes da criação do Conselho Federal de Contabilidade foram realizados quatro congressos em que a regulamentação estava entre os temas centrais. O IV Congresso, em 1937, aponta a “necessidade e o anseio da criação de um órgão oficial para registrar, fiscalizar e orientar o exercício da profissão contábil, tendo como objetivo estudar as modernas aplicações da contabilidade [...]” (SILVA e MARTINS, 2011, p. 122).

Depreendem-se dessa época algumas Leis que implicaram mudanças para os profissionais de Contabilidade. Após pressão dos contadores, foi criado em 27 de maio de 1946, o Conselho Federal de Contabilidade, por força do Decreto-lei nº 9.295, que regulamenta a profissão contábil no Brasil. Viana (2004, p. 185) pontua que:

Os profissionais da área contábil, aqui no Brasil, inspirados no então Colégio dos Contadores de Veneza ou, como era mais conhecido “Colégio dos Dez”, fundado em 1581, sempre aspiravam por um órgão que pudesse representar a classe através do registro dos profissionais, fiscalização e orientação da profissão. Após incansável batalha, Carlos de Carvalho, Horácio Berlinck, Franciso D’Áuria, João Lyra e outros brilhantes contabilistas viram seu sonho realizado (há trinta anos eles almejavam legalizar a profissão contábil).

Tal dispositivo legal elenca atribuições do Conselho, anuidade devida pelos membros, penalidades, como também registro, a exemplo do direito a carteira profissional, exposto em seu Artigo 17.

Outro acontecimento de destaque é relacionado ao curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais que foi desmembrado por força da Lei 1.401/51, passando a diplomar bacharéis em Ciências Contábeis. O profissional que tinha o título de guarda-livros passou a ser chamado de técnico de Contabilidade, alteração esta mediante a Lei nº 3.384/58.

Outro fato de relevância foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 4.024 /61. A partir desta, além da organização da educação em geral, houve a reafirmação de equiparação, a nível médio, dos cursos profissionais ao curso secundário. Logo, os alunos do curso comercial, como o de contabilidade, poderiam optar por seguir carreira em diversos ramos.

Em 1964, após o golpe sofrido pelo presidente João Goulart, inicia-se no país a Ditadura Militar, período onde ocorreram mudanças na economia e educação.

Desse período, destaca-se a reestruturação do sistema financeiro, com a criação do Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A CVM compreendeu um avanço para a Contabilidade pela sua importância referente às normas e procedimentos no mercado mobiliário, como também disciplinou sobre demonstrações contábeis acerca do tema. Outro marco foi a promulgação da nova Lei das sociedades anônimas (Lei nº 6.604/76), em substituição ao Decreto-Lei nº 2.627, que subsidiou o mercado de ações do novo cenário econômico, fortalecendo a influência da Escola Americana na identidade da profissão contábil do país. Leite (2005, p.152) aponta que:

Diferente da legislação anterior, de inspiração italiana, essa lei se baseou no modelo norte-americano. O intuito era facilitar a criação de uma nova estrutura jurídica que atendesse às novas exigências do mercado de capitais brasileiro. Por isso, além do objetivo de fortalecer o mercado de capitais do país, a lei também visava proteger os acionistas minoritários que, graças à expansão da economia, haviam começado a investir em ações nas bolsas de valores.

A Educação superior passa por uma reforma, com base nos acordos entre o MEC e a *United States Agency for International Development (USAID)*, este avaliou e emitiu relatórios com sugestões para mudanças no sistema de ensino. Surge a Lei nº 5.540 que versou, dentre outras, sobre a extinção das cátedras ou cadeiras, da organização do ensino superior (Art. 13 parágrafo 3º), bem como a implantação do ensino de pós-graduação (Art. 17, alínea “b”). A partir de então, surge o primeiro curso de pós-graduação (mestrado) em Contabilidade, oferecido pela USP (1970), logo após a PUC/SP (1978) e a Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro em 1984. A USP também foi pioneira no nível de doutorado em 1978. Houve também a expansão da educação superior em faculdades privadas, permitida pela nova reforma, já que a demanda crescente pelo nível superior não era suprida pelas universidades públicas. Com isso, houve uma expansão na oferta do curso de graduação em Ciências Contábeis em instituições privadas, no entanto, grande parte com qualidade baixa do ensino.

Os cursos de ensino médio, durante o governo dos militares, passaram a ser de caráter profissional. Com o acesso da grande massa popular ao mercado de trabalho, com formação profissional de nível médio, a exemplo da formação em contabilidade, e pela pouca diferença de atribuições entre o profissional técnico e superior na legislação regulamentar, tal situação configurou um dilema na valorização profissional contábil de nível superior, visto que existia um grande número de pessoal disponível.

Cessado o período da ditadura militar, com a posse do presidente José Sarney, em 1985, surgem as necessidades de mudanças socioeconômicas no país. A promulgação da Constituição de 1988 é um marco brasileiro que impulsionou mudanças sociais, a exemplo da redação acerca da gratuidade da oferta do ensino público em todos os níveis. No que tange à economia, sucessivos presidentes implementaram seus planos econômicos com vistas à estabilização: Plano Cruzado I e II, Plano Bresser e Plano Verão (José Sarney); Plano Collor I e II (Fernando Collor de Melo); e Plano Real (Itamar Franco).

Desses o único que perdurou foi o Plano Real, elaborado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que posteriormente assumiu a presidência, sendo reeleito, permanecendo à frente do Poder Executivo de 1995 a 2002. Emanam desse período a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) e o controle da inflação. O governo FHC galgou avanços no que tange a economia, que manteve seu perfil agrícola e avanços industriais como na área automobilística.

O curso superior de Ciências Contábeis é reformulado, sendo estabelecido um currículo mínimo no que tange a conhecimentos básicos teóricos e práticos, de acordo com a Resolução nº 3/1992, do Conselho Federal de Educação. O currículo do curso passou a ter 3 categorias, sendo a I – conteúdos de formação geral e de natureza humanística e social; categoria II – formação profissional, disciplinas como teoria da contabilidade, análise de custos, auditoria e perícia contábil; e III – conhecimentos de formação complementar, a exemplo de estudos de caso, os estágios e o trabalho de fim de curso. No entanto, a formação profissional, em nível de graduação, era vista de óticas diferentes sendo que os empregadores consideravam o curso com arcabouço demasiadamente teórico, frente às necessidades das atribuições técnicas da profissão, e o seguimento universitário (docentes) vislumbrava a expansão da pesquisa científica devido às novas necessidades sociais do período.

Com a promulgação da Lei nº 9.394/96, nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os currículos mínimos cederam espaço a outros com maior flexibilidade de acordo com as particularidades de cada universidade. Esse instrumento jurídico prevê dentre outras:

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

Desse modo extingue-se a rigidez dos currículos mínimos e contempla-se as necessidades da sociedade que, em constante mudança, carece de avaliação e reestruturação dos cursos superiores, como o de Ciências Contábeis.

O sistema de avaliação do nível superior do MEC, para credenciamento e reconhecimento de cursos, passa a ser composto pelos instrumentos: Exame Nacional de Curso e pela Avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação, que mensurava aspectos relacionados às instalações e estrutura dos ambientes educacionais. A Lei nº 9.131/95 criou o Exame Nacional de Cursos (ENC, que posteriormente foi substituído pelo atual ENAD), instrumento de avaliação educacional que atribui conceitos de satisfação direcionando a base para a proposição de melhoria dos cursos superiores nos diversos ramos. Tais exames foram iniciados no ano de 1996, no entanto, sem um motivo explícito, os alunos de Ciências Contábeis começaram a ser submetidos a partir de 2002. Foi composta uma comissão de docentes, para formular as diretrizes do exame. De acordo com Leite (op. cit., p. 192-193):

Para os graduandos do curso de ciências contábeis, o exame é constituído de 40 questões de múltipla escolha e três questões discursivas [...].
A Comissão de Avaliação dos Cursos de Ciências Contábeis, além de ter a função de definir a abrangência, os objetivos e as diretrizes do Exame Nacional de Cursos em sua área de atuação e, posteriormente, de avaliá-lo com o fim de aprimorá-lo, tem também a responsabilidade de estabelecer procedimentos e orientar o processo de avaliação das condições de ofertas.

A morosidade da submissão dos graduandos em Ciências Contábeis ao ENC implicou em retardar avanços na formação profissional do contador. Os cursos submetidos ao exame desde sua implantação, como Administração e Direito, apresentaram significativa melhoria no que diz respeito ao nível de instrução dos docentes (mestrado e doutorado) e avanços estruturais como a expansão de acervo bibliográfico à disposição dos graduandos.

A intrigante questão sobre a capacitação profissional contábil concentrou defensores da criação de um exame de aferição de conhecimentos. Instituiu-se então, pela Resolução CFC nº853/99, como definido nesse dispositivo “Art. 2º Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no Curso de Técnico em Contabilidade.”.

Outras inquietações quanto à qualidade profissional do contador residem na sua formação. Considerando que a contabilidade é uma área com número pequeno de pós-graduação *stricto sensu*, se comparada a outros ramos científicos, é deduzível que grande

parte dos docentes necessita da posse de níveis de mestrado e doutorado, que contrasta com o reduzido número de programas. Outro fator da atualidade é a expansão desenfreada dos cursos de graduação que contam com a oferta do curso de Ciências Contábeis em distintas modalidades, como graduação à distância, que tem concentrado muitos estudantes por todo país.

Vê-se que o período republicano apresenta fatos que deslindam o processo de evolução da profissão contábil a ponto de, nos dias atuais, o profissional atuar em múltiplas vertentes, como aponta Luiz Carlos dos Santos (1988, p. 88) “A área de atuação do contabilista é ampla. Além de exercer suas atividades em empresas privadas, públicas, estatais ou paraestatais, há, ainda, a possibilidade de realização no trabalho por iniciativa particular, como profissional liberal”.

4 INSTRUMENTOS LEGAIS: IMPACTOS NA FORMAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL

Ao longo da História do Brasil, muitos instrumentos legais impactaram na formação e regulamentação da profissão contábil (Leis, Decretos-Lei, Resoluções), como alguns citados de forma sucinta ao longo da seção anterior. Muitas alterações ocorreram e cabe destacar aspectos gerais de parte do ordenamento sobre o tema a partir da criação do curso superior.

O Decreto nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, compreende a demarcação dos primeiros passos da contabilidade enquanto ciência no país. Em seu Artigo 9º, ao extinguir o curso de Administração e Finanças, dispôs sobre o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, sendo um importante avanço para a profissão da Era Vargas.

O Conselho Federal de Contabilidade, criado por força do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, é fruto dos anseios dos profissionais que se empenhavam para a consolidação da qualidade no exercício das atribuições. A conquista da regulamentação da profissão, da criação do CFC, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, outorgou a esse órgão o poder de fiscalização profissional, num contexto em que contadores e guarda-livros eram os responsáveis pelas demandas públicas e privadas no que tange às finanças. Houve a alteração desse decreto, pela Lei 570, de 22 de setembro de 1948, em itens como a anuidade de membros registrados (de 20 para 60 cruzeiros) e das organizações prestadoras de serviços contábeis (de 100 para 200 cruzeiros).

Outro marco na educação superior foi a Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951, desdobrando o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. A partir de então a contabilidade

passa para um curso específico, sendo mais uma influência de Getúlio Vargas na evolução profissional.

As diretrizes curriculares nacionais do curso de Ciências Contábeis, que vigoram na atualidade, são regidas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) da Câmara de Ensino Superior (CES) nº 10 de 2004. Essa resolução prevê que as instituições de ensino superior estabeleçam projeto pedagógico para o curso que abranjam aspectos como o perfil profissional, competências e habilidades na formação. Nota-se o direcionamento da norma à variação de funções disponíveis ao contador (a exemplo de auditor, perito), como exposto:

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

A resolução CNE/CES nº 10 também enfoca a competência gerencial à formação profissional ao estipular a habilidade de “desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão” (Art. 4º. V).

Na atualidade têm-se a alteração no Decreto-Lei 9.295, a partir da Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010, no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Esse instrumento legal modifica a redação de alguns artigos do dispositivo de 1946, onde, no que tange à profissão, tinha-se: “Art. 12. – Os profissionais a que se refere este Decreto-lei, somente poderão exercer a profissão depois de regularmente registrados no órgão competente do Ministério da Educação e Saúde e ao Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos.”.

Com a nova norma (2010) a nova redação é assim expressa:

Art. 12. Os profissionais a que se refere este Decreto-Lei somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos.

§ 1º O exercício da profissão, sem o registro a que alude este artigo, será considerado como infração do presente Decreto-lei.

§ 2º Os técnicos em contabilidade já registrados em Conselho Regional de Contabilidade e os que venham a fazê-lo até 1º de junho de 2015 têm assegurado o seu direito ao exercício da profissão.”

Com essa alteração, os técnicos só podem obter registro no Conselho até a data mencionada no § 2º da Lei 12.149. Essa novidade ampliou a valorização do profissional de nível superior à medida que tem o direito de prestar o exame de suficiência e obter regulamentação profissional no CFC. Essa medida acarretou a alteração no disposto na Resolução CFC nº853/99 que dava a prerrogativa dos técnicos de contabilidade se submeterem ao exame de suficiência, sendo a nova redação dada pela Resolução CFC nº 1486/2015:

Art. 1º Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Parágrafo único. O Exame de Suficiência, que visa à obtenção de registro na categoria Contador, pode ser prestado pelos bacharéis e estudantes do último ano letivo do curso de Ciências Contábeis.

A profissão contábil no Brasil é fruto de instrumentos legais diversos que propiciaram o seu desenvolvimento. Seja com objetivos variados (criação/extinção de cursos ou regulamentação da profissão), cada ordenamento é peça somatória e moldadora do perfil do contabilista brasileiro.

5 CONCLUSÃO

Neste artigo denominado “**PROFISSÃO CONTÁBIL NO BRASIL: análise da sua evolução**” observou-se que a contabilidade é uma ciência e como tal evolui acompanhando o crescimento intelectual da humanidade. Eventos de diversas épocas delinearão o seu desenvolvimento, bem como da atribuição profissional para atender as demandas, tendo os contabilistas o dever de mensurar o patrimônio de pessoas físicas e jurídicas, tal como se apresentam na atualidade.

Evidenciou-se que o Brasil foi submetido a diferentes facetas no decorrer de sua história com características próprias de superação e rompimento de entraves ideológicos, sociais e econômicos para o desenvolvimento da profissão contábil.

A partir da análise bibliográfica, constatou-se que o ambiente de exploração (durante o período colonial) impediu por um longo período de tempo qualquer iniciativa de profissionalização contábil. Mesmo tendo relatos da presença de um profissional com

atribuições de mensurar o patrimônio (Gaspar de Lamego), este estava voltado para os interesses de seu país, Portugal. Nesse trecho da história não houve qualquer forma de educação que culminasse na projeção do contabilista, já que os Jesuítas prestavam serviços educacionais voltados para a catequese. Os primeiros impulsos surgem apenas em 1808 quando da chegada da Família Real no Rio de Janeiro, com a criação da cátedra de economia política, do Banco do Brasil, do Erário Régio e posteriormente, em 1809, do Tribunal de Contas e das aulas de comércio.

Durante o Império, fatos importantes como as aulas de comércio ministradas pelo Instituto Comercial do Rio de Janeiro implicaram no surgimento da figura do guarda-livros que, como a criação do Código Comercial Brasileiro (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850), teve como atribuição elaborar as demonstrações como o Balanço Patrimonial.

Averiguou-se que o Brasil foi submetido a um desenvolvimento lento da profissão contábil devido a fatores como a ideia das classes dominantes do desprestígio aos cursos comerciais e a fim de manter o *status quo*, dedicavam-se a outros ramos, o que caracterizou o desenvolvimento de áreas como Direito e Medicina. Esse cenário começa a mudar durante a República, quando os primeiros passos para a industrialização são dados. Nesse contexto, a presença de imigrantes italianos, advindos de países já industrializados e à procura de trabalho, influenciou mudança desse conceito negativo. Com o tempo, os cursos secundaristas comerciais começam a crescer e a contabilidade é exercida por influência da escola italiana, com uso de métodos procedimentais, mas sem a presença da cientificidade como pesquisas.

Com o advento da entrada das multinacionais em solo brasileiro, empresas, que utilizavam sistemas de auditoria, introduziram-se no Brasil, o que corroborou na adoção do perfil da escola americana na contabilidade brasileira. Durante a ditadura, outra marca das tendências dessa escola foram os acordos para a melhoria do ensino superior entre o governo e a USAID, onde essa agência americana emitiu pareceres e sugestões para o ensino no Brasil.

Observou-se que a República é marcada por reformas educacionais, como as do ensino superior, que foram de suma importância no desenvolvimento da profissão contábil. A criação do curso superior de Ciências Contábeis advém dessas mudanças, bem como a imposição do currículo mínimo, substituído posteriormente, devido a autonomia das universidades em fazerem alterações conforme as peculiaridades da sociedade onde estavam inseridas.

Na atualidade, certificou-se que há desafios de expansão da pós-graduação, principalmente em níveis de mestrado e doutorado. O número insuficiente de programas nesses níveis acarreta agravantes na evolução científica como também na qualidade de ensino na área.

A partir dos fatos constatados, citados neste trabalho, conclui-se que a evolução da profissão contábil no Brasil se deu de forma a acompanhar o desenvolvimento socioeconômico do País, a partir de acontecimentos como a industrialização, a criação de instrumentos legais que foram a base para a organização do ensino, das promulgações de leis que disciplinam as atribuições profissionais do contabilista. Os fatos passados contrastam uma história de evolução tardia, visto que o país concentrou atrasos na educação superior e regulamentação profissional.

O conteúdo da terceira seção, complementado pela quarta, permite afirmar que os acontecimentos citados explanam o quanto requerido pela problemática: No decorrer da história do Brasil, quais os principais fatos que permitiram o desenvolvimento e evolução da profissão contábil?

Da mesma maneira, os objetivos (geral e específicos) foram atingidos ao passo que o referencial teórico elucidou as importantes ocorrências históricas que contribuíram no desenvolvimento profissional na área em questão.

Apesar dos avanços conquistados, descobriu-se que há muito para evoluir. Os profissionais necessitam de incentivo para se especializarem e dedicarem-se à pesquisa científica, instrumento indispensável para a evolução dos procedimentos na área contábil.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027** – informação e documentação – sumário – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

_____. **NBR 6024** – informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

_____. **NBR 14724** – informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

_____. **NBR 15287** – informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

_____. **NBR 6028** – informação e documentação – resumo – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. **NBR 6022** – informação e documentação – artigo em publicação periódica científica impressa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. **NBR 6023** – informação e documentação – referências – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **NBR 10520** – informação e documentação – citação - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003. 189 p.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação e tese**. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.988**, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais.

_____. **Decreto nº 1763**, de 14 de maio de 1856. Dá novos estatutos à aula do commercio da Côrte. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1763-14-maio-1856-571246-publicacaooriginal-94337-pe.html>> Acesso em: 05 out. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 12.249**, de junho de 2010. Altera o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1401**, de 31 de julho de 1951. Inclui, no curso de Ciências Econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

_____. **Resolução CNE/CES 10**, de 16 de dezembro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf> Acesso em: 07 nov. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **CFC: 70 anos de Contabilidade**. Brasília: CFC, 2016. 112 p.

_____. **Resolução n. 853/99**. Institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC. Disponível em: <http://www.crc.org.br/legislacao/normas_tec/pdf/normas_tec_rescfc0853_1999.pdf>. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. **Resolução nº 1.486/2015**. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1486.pdf>. Acesso em: 26 set. 2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (2007). **Revista de 70 CRJR: Publicação comemorativa**. Disponível em: <http://crc.org.br/_jornal/70anos/CRJR_70_anos.pdf> Acesso em: 30 maio. 2017.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 200 p.

GOMES, Adriano. **Contabilidade intermediária**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012. 264 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 346 p. ISBN 9788522460533.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 260 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013. Disponível em <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em: 18 set. 2017.

SÁ, A. Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 448 p. ISBN 9788522458462.

SANTOS, Luiz Carlos dos. **Estudo avaliativo da formação acadêmica dos professores de contabilidade do curso técnico em contabilidade da rede pública estadual da cidade do Salvador**. 1988. 178 f. Dissertação (Mestrado). *University Du Quebec*, Canadá, 1988. Disponível em: <http://www.lcsantos.pro.br/arquivos/Volume_I17032014-104547.pdf> Acesso em: 19 out. 2017.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do pensamento contábil**. 2. ed., 1 reimpr. Curitiba: Juruá, 2011. 240 p.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2 ed. Curitiba/PR: IESD Brasil S.A., 2009. 136 p.

VIANA, Aurelina Laurentina. **Evolução do pensamento contábil na história, com destaques relativos ao Brasil do século XX**. 2004. 256 f. Dissertação (mestrado), Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2004.